

Autopista Planalto Sul S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.325.109/0001-73, com sede na Avenida Afonso Petschow, 4040, Bairro Industrial, CEP: 83.880-000, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio Negro, 15 de Março de 2017.

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

D E C L A R A Ç Ã O

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A., companhia aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 09.325.109/0001-73, com sede na Avenida Afonso Petschow, 4040, Bairro Industrial, CEP: 83.880-000, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio Negro, 15 de Março de 2017.

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Autopista Planalto Sul S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A
Rio Negro - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos a seguir e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias

manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (TAG) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no TAG e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do ativo intangível ao seu valor recuperável

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e obras realizadas nas rodovias e representa 90% do total do ativo. A avaliação da recuperação do ativo intangível da Sociedade, que está em fase inicial do contrato de concessão, e que realiza obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas, para avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Sociedade, em especial àquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. Examinamos também a adequação das divulgações da Sociedade, incluindo as premissas às quais o resultado do teste de recuperação de ativos é mais sensível, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo sobre o valor recuperável do ativo intangível. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa 2 "Concessões" que evidencia a natureza da concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos, e na nota explicativa 10 "Intangível", que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais saldos são reconhecidos à medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais acumulados podem ser realizados. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria porque o processo de avaliação da realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferido envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou crescimento econômico, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, o volume de tráfego de veículos, entre outras premissas fiscais. Avaliamos se estas estimativas justificam uma expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais acumulados. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas 4 "principais práticas contábeis" e 7 "Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos" sobre os impostos diferidos reconhecidos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe a incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos e condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas de controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.372	6.891	Empréstimos e financiamentos	12	24.778	22.735
Contas a receber	6	5.268	5.142	Debêntures	13	175	-
Contas a receber - partes relacionadas	15	-	20	Contas a pagar - partes relacionadas	15	35.450	25.795
Impostos a recuperar		1.705	2.581	Fornecedores	14	22.814	11.424
Despesas antecipadas		2.196	1.413	Obrigações sociais		3.575	3.537
Outros créditos		183	111	Obrigações fiscais		3.549	1.873
Total do ativo circulante		19.724	16.158	Cauções contratuais	14	5.504	8.794
				Taxa de fiscalização		264	242
NÃO CIRCULANTE				Provisão para manutenção em rodovias	17	22.185	-
Aplicações financeiras vinculadas	8	11.753	7.487	Provisão para investimentos em rodovias	17	-	1.217
Despesas antecipadas		772	113	Outras contas a pagar		3.154	1.473
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	59.495	33.866	Total do passivo circulante		121.448	77.090
Depósitos judiciais	17	18.178	18.019				
Imobilizado	9	1.730	1.349	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	10	1.055.677	906.824	Empréstimos e financiamentos	12	313.226	319.386
Diferido	11	3.674	5.471	Debêntures	13	135.139	119.374
Total do ativo não circulante		1.151.279	973.129	Contas a pagar - partes relacionadas	15	225.440	206.608
				Provisão para manutenção em rodovias	17	26.729	41.049
				Provisão para investimentos em rodovias	17	-	3.434
				Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	10.855	120
				Outras contas a pagar		-	302
				Total do passivo não circulante		711.389	690.273
				Total do passivo		832.837	767.363
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18	448.818	282.818
				Prejuízos acumulados		(110.652)	(60.894)
				Total do patrimônio líquido		338.166	221.924
TOTAL DO ATIVO		<u>1.171.003</u>	<u>989.287</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.171.003</u>	<u>989.287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	279.829	279.373
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(271.807)	(275.786)
LUCRO BRUTO		<u>8.022</u>	<u>3.587</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(21.779)	(11.915)
Remuneração da Administração	15	(1.188)	(1.073)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>152</u>	<u>-</u>
		<u>(22.815)</u>	<u>(12.988)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(14.793)</u>	<u>(9.401)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	2.622	5.974
Despesas financeiras	21	<u>(63.216)</u>	<u>(59.186)</u>
		<u>(60.594)</u>	<u>(53.212)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(75.387)</u>	<u>(62.613)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	7	25.629	21.151
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(49.758)</u>	<u>(41.462)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23	<u>(0,1144)</u>	<u>(0,1660)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA
O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(49.758)	(41.462)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(49.758)</u>	<u>(41.462)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social			Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado	Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2015		247.818	-	247.818	254	-	(19.686)	228.386
Prejuízo do exercício				-	-	-	(41.462)	(41.462)
Aumento de capital		35.000	-	35.000	-	-	-	35.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>282.818</u>	<u>-</u>	<u>282.818</u>	<u>254</u>	<u>-</u>	<u>(61.148)</u>	<u>221.924</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(49.758)	(49.758)
Aumento de capital	18	185.000	(19.000)	166.000	-	-	-	166.000
Absorção de prejuízos com reserva de lucros		-	-	-	(254)	-	254	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>467.818</u>	<u>(19.000)</u>	<u>448.818</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(110.652)</u>	<u>338.166</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(49.758)	(41.462)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	20	44.377	38.533
Baixa de ativos permanentes	9 e 10	126	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(25.629)	(21.151)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(1.303)	(1.076)
Juros e variações monetárias sobre mútuos		32.248	28.476
Juros e variações monetárias de empréstimos		26.082	20.470
Juros e variações monetárias de debêntures		1.618	6.705
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	21	2.131	1.695
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	20	11.283	114
Constituição de provisão para manutenção	20	5.218	4.908
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(126)	499
Contas a receber - partes relacionadas		20	430
Estoques		-	888
Despesas antecipadas		(1.442)	(652)
Impostos a recuperar		379	(535)
Outros créditos		(72)	774
Depósitos judiciais		(159)	(1.031)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(2.662)	(4.480)
Fornecedores - partes relacionadas		(47)	58
Cauções contratuais de fornecedores		(2.006)	579
Obrigações sociais		38	594
Obrigações fiscais		(114)	(981)
Outras contas a pagar		1.096	(354)
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios		(548)	(358)
Pagamento de juros		(33.752)	(38.225)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		<u>6.998</u>	<u>(5.582)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	9	(641)	(339)
Aquisições de itens do intangível	10 e 22	(154.764)	(193.372)
Aplicação financeira vinculada		(5.866)	(1.618)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		2.695	3.280
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(158.576)</u>	<u>(192.049)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de empréstimos e financiamentos		10.903	52.317
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(21.844)	(12.494)
Emissão de debêntures		-	107.547
Pagamento de debêntures - principal		-	(13.900)
Captações de empréstimos - empresas ligadas		-	53.000
Pagamentos de principal - empresas ligadas		-	(25.000)
Aumento de capital	18	166.000	35.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>155.059</u>	<u>196.470</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3.481</u>	<u>(1.161)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		6.891	8.052
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		<u>10.372</u>	<u>6.891</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITAS			
Prestação de serviços	19	122.770	109.116
Receita dos serviços de construção	19	167.545	179.400
Outras receitas		711	384
		<u>291.026</u>	<u>288.900</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(32.544)	(37.603)
Custo dos serviços de construção	20	(167.545)	(179.400)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(8.367)	(2.470)
Custo da concessão		(5.522)	(5.666)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	(5.218)	(4.908)
Outros		(13.820)	(2.206)
		<u>(233.016)</u>	<u>(232.253)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>58.010</u>	<u>56.647</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	20	(44.377)	(38.533)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		<u>13.633</u>	<u>18.114</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	21	2.622	5.974
Juros capitalizados	22	27.888	16.668
		<u>30.510</u>	<u>22.642</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>44.143</u>	<u>40.756</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		12.974	10.416
Benefícios		3.271	3.202
FGTS		954	874
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		(20.655)	(14.631)
Estaduais		1	-
Municipais		6.175	5.483
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		27.700	27.466
Juros capitalizados		24.478	15.882
Aluguéis		520	1.046
Outras		2.825	3.218
Remuneração de capitais próprios:			
Juros		32.248	28.476
Juros capitalizados sobre mútuos		3.410	786
Prejuízo do exercício		(49.758)	(41.462)
		<u>44.143</u>	<u>40.756</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2016 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$101.724 (R\$60.932 em 31 de dezembro de 2015).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2017.

2. CONCESSÕES

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007.

A Sociedade está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 kms de duplicações de rodovia.
- 48,3 kms de terceiras faixas.
- 13,72 kms de vias laterais.
- Construção de cinco trevos completos.
- Construção do dispositivo viário do Distrito Industrial de Curitiba – PR.
- Construção de onze passarelas.
- Construção de cinco praças de pedágio.
- Construção de nove bases de serviços operacionais – BSO's.
- Implantação ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31 de dezembro de 2016 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$29.536 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

- c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$185.347 (R\$282.911 em 31 de dezembro de 2015) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$262.259 (R\$267.868 em 31 de dezembro de 2015) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2016 estas obras estão estimadas em R\$118.424.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

A Sociedade informa que continua com as negociações para firmar nos próximos meses Termo de Ajuste de Conduta - ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos

sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem contas a receber (nota explicativa nº 6) e contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 15).

Ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados, no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem as aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa nº 8)

Os passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12) e debêntures (nota explicativa nº 13).

Outros passivos financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem saldos a pagar de fornecedores nacionais.

4.2 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

b) Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.3 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão ou pela vida útil (dos dois o menor), a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.4 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.6 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.7 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

a) Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,40 % ao ano em 31 de dezembro de 2016 (6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

b) Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,40 % ao ano em 31 de dezembro de 2016 (6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

c) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos tributários, cíveis e trabalhistas para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como

prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.9 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.10 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.11 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 18.

4.12 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação

duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.13 . Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(1)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(1)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.	(2)

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações fossem editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e contas bancárias	992	666
Aplicações financeiras (*)	<u>9.380</u>	<u>6.225</u>
Total	<u><u>10.372</u></u>	<u><u>6.891</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB	1	2.195
Debêntures compromissadas	-	856
Fundos de investimentos	<u>9.379</u>	<u>3.174</u>
Total	<u><u>9.380</u></u>	<u><u>6.225</u></u>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 100,55% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	4.454	4.695
Cartões de pedágio a receber	318	269
Receitas acessórias a receber	<u>496</u>	<u>178</u>
Total	<u><u>5.268</u></u>	<u><u>5.142</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações de resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(75.387)	(62.613)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	25.632	21.288
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(3)	(137)
Total	<u>25.629</u>	<u>21.151</u>
Crédito contabilizado	25.629	21.151
Receitas de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>25.629</u>	<u>21.151</u>
	<u>25.629</u>	<u>21.151</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Bases do ativo diferido:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	135.650	79.806
Provisão de participação nos lucros	1.359	1.273
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	10.855	120
Outras Provisões	521	-
Provisão para manutenção de rodovias	48.914	41.049
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	-	1.045
Base de cálculo ativa	<u>197.299</u>	<u>123.293</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>67.082</u>	<u>41.920</u>

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Bases do passivo diferido:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	2.768	1.390
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(5)	-
Base de cálculo passiva	(22.314)	(23.687)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(7.587)</u>	<u>(8.054)</u>
Base de cálculo	<u>174.985</u>	<u>99.606</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>59.495</u>	<u>33.866</u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2017	3.708
2018	3.069
2019	6.572
2020	6.572
Após 2021	<u>47.161</u>
	<u>67.082</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo é de R\$11.753 (R\$7.487 em 31 de dezembro de 2015), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,09% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2014	428	394	183	612	786	2	2.405
Adições	5	11	-	20	192	-	228
Saldo em 31.12.2015	433	405	183	632	978	2	2.633
Adições	1	10	538	-	21	71	641
Alienações/baixas	(2)	(1)	(168)	-	-	-	(171)
Saldo em 31.12.2016	432	414	553	632	999	73	3.103
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2014	(201)	(264)	(129)	(176)	(245)	(1)	(1.016)
Depreciações	(41)	(37)	(37)	(63)	(90)	-	(268)
Saldo em 31.12.2015	(242)	(301)	(166)	(239)	(335)	(1)	(1.284)
Depreciações	(36)	(35)	(24)	(63)	(98)	(1)	(257)
Alienações/baixas	1	-	166	-	1	-	168
Saldo em 31.12.2016	(277)	(336)	(24)	(302)	(432)	(2)	(1.373)
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2015	191	104	17	393	643	1	1.349
Saldo em 31.12.2016	155	78	529	330	567	71	1.730
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	4%	10%	10%	

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2014	648.839	792	154.947	27	804.605
Adições	598	-	195.429	14	196.041
Transferências/Reclassificações	102.773	-	(102.734)	(39)	-
Saldo em 31.12.2015	752.210	792	247.642	2	1.000.646
Adições	99.644	-	91.655	-	191.299
Transferências/Reclassificações	302.762	-	(302.760)	(2)	-
Alienações/baixas	-	-	(123)	-	(123)
Saldo em 31.12.2016	1.154.616	792	36.414	-	1.191.822
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(56.903)	(450)	-	-	(57.353)
Amortizações	(36.374)	(95)	-	-	(36.469)
Saldo em 31.12.2015	(93.277)	(545)	-	-	(93.822)
Amortizações	(42.228)	(95)	-	-	(42.323)
Saldo em 31.12.2016	(135.505)	(640)	-	-	(136.145)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	658.933	247	247.642	2	906.824
Saldo em 31.12.2016	1.019.111	152	36.414	-	1.055.677
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade capitalizou o montante de R\$27.888 (R\$16.668 em 31 de dezembro de 2015) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2016 foi de 8,01% ao ano e 3,60% ao ano em 2015.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(14.158)</u>	<u>(12.361)</u>
	<u>3.674</u>	<u>5.471</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	24.965	314.864	22.811	320.669
	<u>24.965</u>	<u>314.864</u>	<u>22.811</u>	<u>320.669</u>
Custo de transação	(187)	(1.638)	(76)	(1.283)
	<u>24.778</u>	<u>313.226</u>	<u>22.735</u>	<u>319.386</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2016	31.12.2015
(a)	Real	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	274.253	292.130
(a)	Real	BNDES	TJLP + 2,62% a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	40.618	34.987
(a)	Real	BNDES	IPCA + 8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	24.718	16.363
(a)	Real	BNDES	TJLP	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	240	-
						<u>339.829</u>	<u>343.480</u>

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	31.010
2019	34.323
2020	36.964
2021	39.826
A partir de 2022	172.741
	<u>314.864</u>

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	31.12.2016		31.12.2015
	Circulante	Não circulante	Não circulante
Debêntures	280	135.970	120.472
Custo de transação	(105)	(831)	(1.098)
Total	175	135.139	119.374

A composição das debêntures é como segue:

<u>Série</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
2ª emissão - Série única	10.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	136.250	120.472

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
2ª emissão Série única	15.12.2014	100.000	1.000	08.04.2015	100.000
		<u>100.000</u>			<u>100.000</u>

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2018	187
2019	1.358
2020	7.196
2021	13.171
A partir de 2022	<u>114.058</u>
	<u>135.970</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R\$22.814 (R\$11.424 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$5.504 (R\$8.794 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	13
<u>Coligadas</u>		
Contas a receber:		
Litoral Sul S.A. (a)	-	7
Total	<u>-</u>	<u>20</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	-	22.229
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	33.707	-
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	356	473
<u>Coligadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	1.387	3.093
Total	<u>35.450</u>	<u>25.795</u>
 <u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	225.440	176.898
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	-	29.710
Total	<u>225.440</u>	<u>206.608</u>

Contas de Resultado:	31.12.2016			31.12.2015		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(35.658)	(3.188)	-	(28.476)	(3.642)
Coligadas						
Centrovias S.A.	-	-	-	-	-	(3)
Intervias S.A.	-	-	-	-	-	(1)
Litoral Sul S.A.	-	-	(0)	-	-	(7)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(2.403)	-	-	(1.556)	-	-
Total	(2.403)	(35.658)	(3.188)	(1.556)	(28.476)	(3.653)

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo. Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do grupo, afim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 3ª e 4ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do spread respectivamente de 1,4% e 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de março de 2017 e 19 de agosto de 2017 respectivamente.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
30.03.2015	01.03.2017	CDI + 1,40% a.a.	8.000	1.952	8.000	772
19.08.2015	01.08.2017	CDI + 1,500% a.a.	20.000	3.755	20.000	938
			<u>28.000</u>	<u>5.707</u>	<u>28.000</u>	<u>1.710</u>

- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimento do principal e juros a partir de dezembro de 2019 conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
29.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	8.000	8.709	8.000	6.814
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	13.000	14.152	13.000	11.072
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037% a.a.	16.000	17.418	16.000	13.627
28.01.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	25.000	13.185	25.000	8.663
19.04.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	35.000	17.611	35.000	11.380
27.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	9.014	20.000	5.578
30.12.2013	01.12.2019	CDI + 1,7% a.a.	20.000	8.351	20.000	4.993
			<u>137.000</u>	<u>88.440</u>	<u>137.000</u>	<u>62.127</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade reconheceu o montante de R\$837 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de

R\$351 relativos ao rateio da Holding, que totalizam R\$1.188 (R\$ 1.073 em 31 de dezembro de 2015), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2016, sendo a remuneração global anual de até R\$1.000. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados programa de participação no resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados (PPR) registrados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.359 e R\$1.273.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.12.2016</u>
Cíveis	79	485	(125)	(143)	296
Trabalhistas	41	877	(342)	(405)	171
Regulatórios	-	10.388	-	-	10.388
Total	<u>120</u>	<u>11.750</u>	<u>(467)</u>	<u>(548)</u>	<u>10.855</u>

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.12.2015</u>
Cíveis	289	276	(380)	(106)	79
Trabalhistas	75	267	(49)	(252)	41
Regulatórios	-	-	-	-	-
Total	<u>364</u>	<u>543</u>	<u>(429)</u>	<u>(358)</u>	<u>120</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Na última revisão realizada pelos assessores jurídicos da Sociedade houve mudança do prognóstico em decorrência de alterações circunstanciais atreladas aos processos sancionatórios, para os quais a Sociedade entende ser necessária a constituição de provisão. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$10.388. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$2.100.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 31 de dezembro de 2016 representam o montante de R\$339 (R\$343 em 31 de dezembro de 2015).

Os depósitos judiciais no montante de R\$18.178 em 31 de dezembro de 2016 (R\$18.019 em 31 de dezembro de 2015) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2015	1.217	-	3.434	41.049
Adições/Reversões (a)	(4.135)	-	-	5.218
Ajuste a valor presente	(636)	-	120	2.647
Transferências	3.554	22.185	(3.554)	(22.185)
Saldo em 31.12.2016	-	22.185	-	26.729

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2014	5.084	-	-	34.013
Adições	-	-	-	4.908
Ajuste a valor presente	-	-	(433)	2.128
Transferências	(3.867)	-	3.867	-
Saldos em 31.12.2015	1.217	-	3.434	41.049

(a) Refere-se à reversão de provisão dos investimentos futuros em sistema de pesagem móvel conforme ofício expedido pela ANTT número 409/2016/GEINV/SUINF de 04 de abril de 2016, contendo o parecer técnico número 069/2016/GEINV/SUINF.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 467.818, compostos por 542.853.774 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$ 448.818 que representam 515.680.917 ações. Em 31 de dezembro de 2015 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 282.818 composto por 284.614.544 ações ordinárias e sem valor nominal.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
05.01.2016	AGE	Dinheiro	6.540.222	5.000	5.000
20.01.2016	AGE	Dinheiro	10.624.170	8.000	8.000
05.02.2016	AGE	Dinheiro	6.596.306	5.000	5.000
22.02.2016	AGE	Dinheiro	16.216.216	12.000	12.000
07.03.2016	AGE	Dinheiro	4.000.000	3.000	3.000
21.03.2016	AGE	Dinheiro	16.085.791	12.000	12.000
05.04.2016	AGE	Dinheiro	7.032.349	5.000	5.000
24.04.2016	AGE	Dinheiro	13.440.860	10.000	10.000
20.05.2016	AGE	Dinheiro	13.698.630	10.000	10.000
06.06.2016	AGE	Dinheiro	2.837.684	2.000	2.000
20.06.2016	AGE	Dinheiro	14.084.507	10.000	10.000
05.07.2016	AGE	Dinheiro	4.225.352	3.000	3.000
20.07.2016(*)	AGE	Dinheiro	142.857.143	100.000	81.000
			258.239.230	185.000	166.000

(*) Em 20 de julho de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$100.000, mediante a emissão de 142.857.143 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizados R\$81.000 em dinheiro até 31 de dezembro de 2016, e o valor restante de R\$19.000 será integralizado em até sete meses a partir da data da aprovação.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

a) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receita de serviços prestados	122.770	109.116
Receita de serviços de construção	167.545	179.400
Outras receitas	559	384
	<u>290.874</u>	<u>288.900</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receita bruta	290.874	288.900
ISSQN	(6.164)	(5.473)
PIS	(807)	(719)
COFINS	(3.723)	(3.335)
Outras deduções	(351)	-
Receita líquida	<u>279.829</u>	<u>279.373</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas:		
Com pessoal	(5.315)	(5.876)
Serviços de terceiros	(1.473)	(1.937)
Manutenção de bens e conservação	(256)	(55)
Depreciação / Amortização	(814)	(823)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(11.283)	(114)
Comunicação e marketing	(749)	(502)
Seguros/Garantias	(10)	(2)
Consumo	(570)	(595)
Transportes	(263)	(307)
Outros	(1.046)	(1.704)
Total	<u>(21.779)</u>	<u>(11.915)</u>

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(167.545)	(179.400)
Com pessoal	(10.698)	(9.918)
Serviços de terceiros	(17.904)	(18.398)
Conservação	(14.725)	(13.897)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.135)	(967)
Consumo	(2.803)	(2.537)
Transportes	(2.037)	(2.053)
Verba de fiscalização	(3.085)	(2.794)
Seguros / Garantias	(1.574)	(2.093)
Provisão de manutenção em rodovias	(5.218)	(4.908)
Depreciação / Amortização	(43.563)	(37.710)
Outros	(1.520)	(1.111)
Total	<u>(271.807)</u>	<u>(275.786)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	2.283	4.242
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	643
Juros ativos	-	1.029
Outras receitas	339	60
Total	<u>2.622</u>	<u>5.974</u>
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(59.948)	(55.651)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.131)	(2.338)
Outras despesas	(1.137)	(1.197)
Total	<u>(63.216)</u>	<u>(59.186)</u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	31.435	20.323
Juros capitalizados	27.888	16.668
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(22.788)	(34.443)

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(49.758)	(41.462)
Número de ações durante exercício	434.945	249.761
Prejuízo por ação	<u>(0,1144)</u>	<u>(0,1660)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.12.2016			31.12.2015		
		Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Empréstimos recebíveis	Ativo financeiro mantido até o vencimento	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível2	-	10.372	-	-	6.891	-
Partes relacionadas	Nível2	-	-	-	20	-	-
Contas a receber clientes	Nível2	5.268	-	-	5.142	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível2	-	11.753	-	-	7.487	-
Outras contas a receber	Nível2	183	-	-	111	-	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível2	-	-	28.318	-	-	20.218
Empréstimos e financiamentos	Nível2	-	-	338.004	-	-	342.121
Debêntures	Nível2	-	-	135.314	-	-	119.374
Partes relacionadas	Nível2	-	-	260.890	-	-	232.403
Taxa de fiscalização	Nível2	-	-	264	-	-	242
Outras contas a pagar	Nível2	-	-	3.154	-	-	1.775
		<u>5.451</u>	<u>22.125</u>	<u>765.944</u>	<u>5.273</u>	<u>14.378</u>	<u>716.133</u>

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo conselho monetário nacional (CMN).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	10,00%	12,50%	15,00%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(24.728)	(30.899)	(37.067)
Receita de aplicações financeiras	230	287	344
Juros a incorrer líquido(*)	(24.498)	(30.612)	(36.723)
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(23.552)	(29.440)	(35.329)
Juros a incorrer líquido(*)	(23.552)	(29.440)	(35.329)
IPCA	5,00%	6,25%	7,50%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(7.149)	(8.937)	(10.724)
Juros a incorrer líquido(*)	(7.149)	(8.937)	(10.724)
Juros a incorrer (*)	<u>(55.199)</u>	<u>(68.989)</u>	<u>(82.776)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$4.454 (R\$4.695 em 31 de dezembro de 2015) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2017	2018	2019	2020	A partir de 2021	Total
Debêntures - IPCA	11,60%	6.876	7.375	16.478	31.338	407.460	469.527
BNDES Automático	10,12%	48.918	56.300	56.832	56.594	261.779	480.423
		<u>55.794</u>	<u>63.675</u>	<u>73.310</u>	<u>87.932</u>	<u>669.239</u>	<u>949.950</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2017	01/04 a 30/06/2017	01/07 a 30/09/2017	01/10 a 31/12/2017	Total
Debêntures - IPCA	11,60%	-	-	-	6.876	6.876
BNDES Automático	10,12%	12.192	12.242	12.242	12.242	48.918
		<u>12.192</u>	<u>12.242</u>	<u>12.242</u>	<u>19.118</u>	<u>55.794</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2016, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 19.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	105.519

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$20.296.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Abaixo relação de aumento de capital ocorrido na Sociedade:

Data	Aprovação	Ações emitidas	Valor	Valor integralizado
06.02.2017	AGE	3.076.923	2.000	2.000
20.02.2017	AGE	40.000.000	26.000	14.000
			<u>28.000</u>	<u>16.000</u>

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

Data	Aprovação	Valor integralizado
20.01.2017	AGE	18.000
06.02.2017	AGE	1.000
06.03.2017	AGE	1.000
		<u>20.000</u>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Planalto Sul S.A. (“Companhia” ou “Planalto Sul”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A concessão da Planalto Sul foi outorgada em fevereiro de 2008 através da licitação 006/2007, tendo como objeto a exploração do lote 2 do Programa de Concessões de Rodovias Federais. O trecho concedido compreende 412,7 quilômetros da Rodovia BR-116 que liga a cidade de Curitiba - PR à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. A Companhia, uma das nove concessionárias do Grupo Arteris S.A., é responsável por administrar e conservar a rodovia BR-116 durante os 25 anos de vigência do contrato de concessão.

O trecho administrado pela Companhia corta as cidades de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Quitandinha, Campo do Tenente e Rio Negro no estado do Paraná, Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Santa Cecília, Ponte Alta do Norte, São Cristovão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, Lages e Capão Alto no estado de Santa Catarina, interligando a região sudeste com o interior dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo um dos principais corredores de escoamento da produção agrícola desses Estados.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa média R\$
Fazenda Rio Grande	BR 116 Km 134+400 PR	4,83
Rio Negro	BR 116 Km 204+100 PR	4,83
Monte Castelo	BR 116 Km 081+600 SC	4,83
Santa Cecília	BR 116 Km 152+000 SC	4,83
Correia Pinto	BR 116 Km 233+100 SC	4,83

EVENTOS RELEVANTES

No ano de 2016 a Companhia obteve a aprovação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT a elaboração de projetos executivos para duplicação de 78,8 quilômetros da rodovia concedida considerados trechos prioritários. Essa obra trará mais segurança aos usuários além de melhorar a infraestrutura viária da região fomentando o desenvolvimento regional, com maior fluidez do tráfego reduzindo o tempo do transporte.

Sempre priorizando a segurança dos usuários da rodovia bem como de nossos colaboradores a Companhia realizou investimentos em dispositivos que visam melhorar a sinalização e garantir a proteção de nossas obras. Foi adquirido um veículo “papa-cone” que realiza a colocação e retirada automática de cones da rodovia, 04 veículos de apoio à sinalização, implantação de 4.500 metros de barreiras de concreto móveis para utilização nas obras, e 27 robôs sinalizadores de obras. A companhia também treinou os prestadores de serviços realizando 2.587 integrações e 12.800 horas de treinamento em segurança.

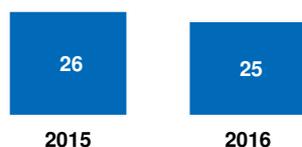
A Companhia concluiu obras importantes constantes no contrato de concessão das quais podemos destacar a conclusão de 03 passarelas sobre pista dupla no PR, reparação, reforma e reforço da ponte sobre o Rio da Lança km 002+420 SC e liberação ao tráfego de 12,72 km de duplicação no PR, início da execução de 9,246 km de terceiras faixas, alargamento de 04 viadutos sobre linhas férreas e estabilização de talude (estrutura de contenção) no Km 304+000 SC .

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

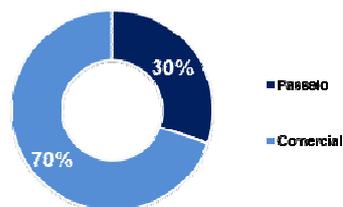
Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 25 milhões de veículos equivalentes em 2016, registrando redução de 1 milhão de veículos equivalentes em relação ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias. Em 2016 o cenário econômico nacional manteve a trajetória de desaceleração influenciando diretamente o tráfego pedagiado.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (milhões)



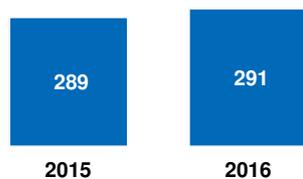
Composição do Tráfego
Ano 2016



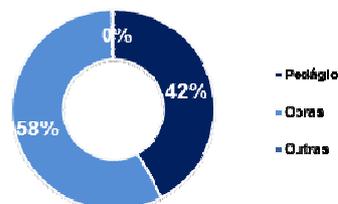
Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$291 milhões em 2016, apresentando aumento de 0,7% na comparação com os R\$ 288,9 milhões registrados no exercício de 2015.

Receita Bruta
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta
Ano 2016



Mesmo com a queda no tráfego registrada no ano de 2016, a receita de pedágio apresentou um incremento de 12,5%, passando de R\$109,1 milhões em 2015 para R\$122,8 milhões em 2016. Esse aumento é justificado pelo reajuste da tarifa de pedágio ocorrido em dezembro de 2015.

A receita de obras registrou redução de R\$ 11,9 milhões, representando um decréscimo de 6,6%, passando de R\$179,4 milhões em 2015 para R\$167,5 milhões em 2016. A receita de obras varia em função do cronograma de obras previsto no contrato de concessão. Para o ano de 2016 havia volume menor de obras a realizar se comparado com o exercício de 2015.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$559 mil em 2016 representando acréscimo R\$175 mil. Esse aumento se deve principalmente a contratos de publicidade ao longo da rodovia celebrados no ano de 2016.

No ano de 2016, a Companhia obteve receita líquida de R\$279,8 milhões, ante R\$279,3 milhões em 2015.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Custo dos serviços de construção	(167,5)	(179,4)	-6,6%
Serviços de terceiros	(19,4)	(20,3)	-4,4%
Pessoal	(16,0)	(15,8)	1,3%
Provisão p/ manutenção em rodovia	(5,2)	(4,9)	6,1%
Conservação	(14,7)	(13,9)	5,8%
Taxa de fiscalização	(3,1)	(2,8)	10,7%
Seguros e garantias	(1,6)	(2,1)	-23,8%
Remuneração da Administração	(1,2)	(1,1)	9,1%
Consumo	(0,6)	(0,6)	0,0%
Outros	(21,1)	(9,4)	124,5%
Custos e despesas	(250,4)	(250,3)	0,0%

Os custos e despesas totais (excluindo depreciações e amortizações) em 2016 não apresentaram variação relevante em relação a 2015. A variação nos principais custos e despesas são justificados conforme segue:

- Na rubrica “Serviços de terceiros” houve redução de 4,4% em relação a igual período do ano anterior devido principalmente a Companhia haver substituído os serviços de arrecadação terceirizados por mão-de-obra própria a partir do mês de abril/2015, menores custos com serviços de monitoração de obras de drenagem e elementos de proteção, e menores despesas com honorários jurídicos. A economia só não foi maior nessa rubrica em função dos reajustes contratuais dos serviços de guincho e atendimento pré-hospitalar que tem seus reajustes atrelados ao IPCA;
- Custos e despesas com “Pessoal” apresentou aumento de 1,3% em 2016 na comparação com 2015. Esses custos foram influenciados principalmente pelo reajuste salarial anual de 8,0%, em contrapartida houve redução dos custos e despesas com terceirização de

serviços de limpeza das bases operacionais e sede da empresa bem como serviço de portaria;

- Aumento de R\$300 mil em “Provisão para manutenção em rodovia” em razão da revisão da previsão de execução de manutenção conforme o contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores;
- Conservação da rodovia apresentou acréscimo de 5,8% devido a custos maiores com conservação de pavimento, conservação e limpeza da faixa de domínio, e conservação da sinalização da rodovia, além de reajustes anuais previstos nos contratos. Redução dos custos com serviços emergenciais tais como desobstrução de pista e contenção de terraplenos, conservação de drenagem e manutenção elétrica.
- A Taxa de Fiscalização é atrelada ao índice de reajuste da tarifa básica de pedágio;
- Outros custos registraram aumento devido principalmente despesas maiores com manutenção de equipamentos, combustíveis, reajustes de energia elétrica e materiais de consumo.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Receita líquida	279,8	279,4	0,1%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(250,4)	(250,3)	0,0%
EBITDA¹	29,4	29,1	1,0%
(+) Provisão para manutenção de rodovia	5,2	4,9	6,1%
EBITDA Ajustado²	34,6	34,0	1,8%

1 EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2 Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovia advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2016 em R\$34,6 milhões, com um aumento de 1,8% em

relação ao exercício anterior. Esse aumento é devido principalmente a melhora na receita de pedágio registrada no exercício de 2016, e manutenção dos custos totais no mesmo patamar do exercício anterior.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Receitas Financeiras	2,6	6,0	-56,7%
Despesas Financeiras	(63,2)	(59,2)	6,8%
Resultado Financeiro Líquido	(60,6)	(53,2)	13,9%

O resultado financeiro líquido de 2016 foi negativo em R\$60,6 milhões, 13,9% maior em relação ao ano de 2015.

As receitas financeiras apresentaram decréscimo de 56,7%, que correspondeu a uma redução de R\$3,4 milhões. As receitas financeiras estão diretamente ligadas ao saldo médio das aplicações financeiras no decorrer do ano, ao não reconhecimento de atualização monetária dos depósitos judiciais no exercício de 2016.

As despesas financeiras sofreram acréscimo de R\$4 milhões (6,8%) em consequência de captações no decorrer do ano de 2016 do empréstimo de longo prazo que a Companhia tem firmado com o BNDES desde março de 2011, juros e atualização monetária sobre 2ª emissão de Debêntures ocorrida em abril de 2015 e juros sobre empréstimos mútuos e debêntures com a controladora Arteris S/A.

Prejuízo

A Companhia encerrou o exercício de 2016 com prejuízo de R\$50 milhões, em 2015 foi registrado prejuízo de R\$41,4 milhões. O prejuízo maior é justificado principalmente pela redução do tráfego já mencionada anteriormente, pelo aumento das despesas financeiras em decorrência dos empréstimos contratados e oscilações dos indexadores desses empréstimos, e também pelo aumento nos custos com amortização.

Prejuízo
(R\$ milhões)



Endividamento

R\$ milhões	2016	2015	Var.
Dívida Bruta	473,4	461,5	2,6%
Curto Prazo	25,0	22,7	9,8%
Longo Prazo	448,4	438,8	2,2%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(22,1)	(14,4)	53,9%
Dívida Líquida	451,3	447,1	0,9%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento bruto totalizava R\$473,3 milhões, apresentando aumento de R\$11,8 milhões (2,6%) maior em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta da liberação de recursos oriundos do empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos dos referidos empréstimos foram utilizados nos investimentos na rodovia realizados pela Companhia no ano de 2016.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2016 em R\$451,2 milhões, apresentando aumento de R\$4,1 milhões em relação ao montante de R\$447,1 milhões registrado no encerramento do exercício de 2015. O grau de alavancagem medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 13,0x, ao final do exercício anterior esta relação era de 13,2x.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$155,4 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previsto no contrato, dentre os quais vale destacar:

Manutenção de pavimento;

Manutenção de Sinalização Vertical e Horizontal;
 Implantação de elementos de proteção e segurança “Defensa Metálica” e Melhorias de Seguranças nas Obras (Barreiras de Proteção nas Obras e Praças de Pedágio);
 Manutenção de Terraplenos e Obras de Arte Especiais;
 Alargamento de Obras de Arte Especiais - OAE’S sobre linhas férreas;
 Recuperação e melhoria do sistema de drenagem;
 Duplicação da BR-116/PR
 Pistas Auxiliares Km 115 ao 117;
 Trevo em desnível pista Dupla completo km 138+800 - PR;
 Sistema de iluminação da rodovia;
 Trevo em desnível município de Mafra - SC;
 Implantação de terceiras faixas;
 Execução de 3 passarelas sobre Pista Dupla - BR-116/PR.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

Descrição	2016	2015
Empregos diretos	340	364
Índice de rotatividade	2,67%	6,60%

No que concerne à diversidade, a Planalto Sul apresenta uma participação majoritária de 52,05% de homens, contra 47,95% de mulheres. A média de idade está concentrada em 32 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com 65,59% dos profissionais. Vale mencionar que 19,4% possuem superior completo.

Ao longo de 2016, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. Foram investidas 20.703 horas de treinamento total, que contabiliza 58 horas per capita.

Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma Companhia que conduz seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

Com a meta de reduzir em 50% o total de acidentes nas rodovias sob concessão no período 2011-2020, a Arteris reforça constantemente as ações relativas à segurança viária. A Arteris criou o Grupo Estratégico de Redução de Acidentes (GERAR), responsável por estudos e planos de ação para zerar o número de acidentes no ambiente de trabalho e reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias. Desde setembro de 2014, a companhia realiza o Mês da Segurança Arteris, ação de conscientização pioneira no setor de concessões de rodovias.

Educação

A educação e a humanização do trânsito são prioridade na atuação da Arteris. Pensando nisso, a Companhia criou o Projeto Escola, que há 15 anos desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública relacionadas à segurança no trânsito. A iniciativa foi vencedora do Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito em 2016. A mesma estratégia é aplicada para educadores e educandos com temas relacionados à questão ambiental por meio do Viva Meio Ambiente. Também são desenvolvidas ações como o Passarela Viva, Viva Pedestre, Viva Ciclista, Viva Motociclista, Viva Seguro que promove mensagens de segurança em empresas lindeiras, e, desde 2016, o Viva Comunidade, que leva para as cidades os programas sociais já desenvolvidos em nossas rodovias, além de outros voltados à sustentabilidade, saúde e bem estar. No ano passado a empresa também criou o “Tô de Cinto, Tô Seguro”, por meio do qual conscientiza usuários de transporte público de longa distância.

Saúde

O Programa Saúde na Boleia já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

Meio Ambiente

A Arteris desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual o Grupo acompanha a execução das ações nesta área. A

Companhia ainda faz reciclagem de lixo e possui convênios com universidades para o controle da fauna.

Projetos culturais, sociais e esportivos

A fim de promover cultura, esporte e saúde às cidades e municípios onde a Arteris atua também faz parte das estratégias da Companhia o apoio a projetos locais por intermédio do incentivo fiscal.

Nessas oportunidades, a Companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar cultura e esporte a pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

As cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Florianópolis já foram contempladas por grandes exposições, como Dalí, Joan Miró, Pablo Picasso e Antoni Gaudí patrocinadas pela empresa em parceria com o Instituto Tomie Ohtake. Além da Escola de Teatro Bolshoi, Projeto Guri, Festival Chorando Sem Parar, Natal Luz de Lages/SC, Meia Maratona Rio Mafra, Projeto Kimono de Ouro de Araras/SP, Projeto Amparo (Idosos), GRAAC, AACD, Fundação Dorina Nowill e Hospital de Câncer de Barretos.

Voluntariado

O programa de voluntariado empresarial oferece aos colaboradores do grupo Arteris a possibilidade de participarem de ações voluntárias, aumentando a prática da cidadania e o compromisso com os valores da Companhia, agregando assim, valor ao negócio. O Programa Voluntários tem como objetivo construir uma rede cada vez mais ampla de pessoas engajadas socialmente, movidas pelo sentimento colaborativo, promovendo o melhor relacionamento entre os colaboradores, comunidade e empresa.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n° 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Planalto Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Diretoria

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro /
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Contador

Alexandre Pscheidt
CRC - SC 026791/O-5 S-PR

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro